



PRIMEIRA LINHA PROGRAMA DO GOVERNO

Programa que quer “virar a página” é discutido hoje

O programa do Governo vai começar a ser discutido esta quarta-feira. O documento prevê uma reversão mais rápida das medidas de austeridade e será aprovado com os votos da esquerda. O PS adiou a reunião desta terça-feira com PCP e Bloco.

BRUNO SIMÕES

brunosimoes@negocios.pt

O programa do Governo de António Costa vai começar a ser discutido esta quarta-feira na Assembleia da República. A discussão tem início às 15:00 e estende-se para amanhã, quinta-feira, dia em que será votado – e aprovado. O documento conta com medidas consensualizadas com o Bloco de Esquerda, PCP, Verdes e PAN, e tem entre os seus objectivos “virar a página das políticas de austeridade” e “relançar a economia e o emprego”. Nesse sentido, acelera a devolução de salários e a eliminação de impostos como a sobretaxa de IRS.

Apesar de acelerar o fim de medidas que garantem receita ao Estado, o Executivo de António Costa compromete-se a respeitar as regras orçamentais europeias e a manter o país com um défice abaixo de 3%. “É possível recusar mais cortes de rendimentos e maior carga fiscal sobre as famílias e o emprego” e ao mesmo tempo assegurar “o rigor e a sustentabilidade das finanças públicas”, lê-se no documento de 262 páginas.

O programa do Governo foi redigido com base no programa eleitoral com que o PS de António Costa se apresentou às eleições. Mas, na sequência das negociações que foram encetadas com Bloco de Esquerda, PCP e Verdes, os socialistas concordaram acelerar o fim de várias medidas de austeridade, em troca do apoio parlamentar destes partidos.

Entre essas medidas está a reposição dos cortes salariais na Função Pública, que o PS queria fazer em 2016 e 2017 e que será, agora, feita na íntegra no próximo ano, à razão de



A 10 de Novembro, o deputado António Costa derrubou Passos, que era primeiro-ministro. Hoje, os dois trocam de posição. Mas Passos não consegue derrubar Costa.

25% em cada trimestre – ou seja, no final do próximo ano, os funcionários públicos já receberão o seu salário sem cortes. Também foi consensualizada a subida do salário mínimo nacional para 600 euros em 2019 – no próximo ano, esta remuneração sobe dos actuais 505 euros para 530 euros.

Os socialistas tiveram de deixar cair uma das suas propostas emblemáticas: a redução generalizada da TSU, para estimular a procura e o consumo (com penalizações na reforma futura). Apenas vingou a descida da TSU para quem auferir um salário inferior a 600 euros – e sem

penalização na reforma futura. Outra das medidas negociadas nas reuniões à esquerda é a penalização na distribuição de dividendos: até agora estava isento quem tinha uma

O debate do programa do Governo inicia-se às 15:00 e estende-se até amanhã.

participação social superior a 5%; agora, a isenção só se aplica a quem tem uma participação superior a 10%.

As pensões também serão descongeladas e serão repostas várias prestações, como o abono de família, o complemento solidário para idosos (CSI) e o rendimento social de inserção (RSI).

PS adia reunião de coordenação

Apesar de terem sido acordadas várias medidas com as bancadas da esquerda, o Governo só inclui elementos do PS, pelo que as potenciais

discordâncias terão que ser dirimidas na arena parlamentar. Aliás, já na semana passada o PCP mostrou que não concorda com a eliminação da sobretaxa de IRS em dois anos, preferindo que ela seja imediata.

Nesse sentido, os quatro partidos vão fazer uma reunião semanal para concertarem posições. A primeira deveria ter acontecido esta terça-feira, mas o PS pediu para o encontro ser adiado, devido ao líder parlamentar, Carlos César, estar em viagem. O secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Pedro Nuno Santos, reuniu-se com as bancadas da esquerda ao longo do dia. ■

Miguel Baltazar



DATAS CHAVE

Os passos de Costa

Com o Governo prestes a entrar formalmente em funções, há tarefas que são prioritárias. Entre elas está o Orçamento do Estado para 2016. Pelo meio, vai haver eleições presidenciais a 24 de Janeiro.

3 DE DEZEMBRO
GOVERNO EM FUNÇÕES

Com a aprovação do programa do PS, marcada para o meio da tarde desta quinta-feira, o Governo liderado por António Costa entrará formalmente em funções. A partir desse momento poderá praticar, sem limitações, todos os actos necessários à gestão do país.

JANEIRO
ENVIO DO "DRAFT"

Apesar de o programa do Governo já incluir as principais previsões, ainda há informação que falta enviar para Bruxelas, nomeadamente a evolução das principais rubricas de despesa. Esses dados terão de ser incluídos no "draft" do orçamento que Portugal tem de enviar para Bruxelas. De acordo com o Expresso, o ministro Mário Centeno teve autorização da Comissão Europeia para fazer o envio do documento só em Janeiro de 2016.

24 DE JANEIRO
PRESIDENCIAIS

No final do mês em que pode enviar o "draft", Portugal volta a ir às urnas, desta vez para eleger o novo Presidente da República. Nesta altura, o Orçamento do Estado ainda deverá estar a ser preparado.

FEVEREIRO
LIMITE PARA ENTREGA

O Governo está obrigado a apresentar o Orçamento do Estado ao Parlamento até 26 de Fevereiro de 2016, data em que passam 90 dias desde a tomada de posse.

ABRIL/MAIO
DEBATE E APROVAÇÃO

No Parlamento, o OE terá de ser discutido, no mínimo, durante 45 dias. Somando os dias necessários para a redacção final e promulgação, o novo Orçamento só deverá estar em vigor em Abril ou Maio.

PSD e CDS
apresentam
moção
de rejeição
ao Governo

O PSD vai apresentar uma moção de rejeição ao programa do Governo do PS, e vai fazê-lo em coordenação com o CDS. A decisão foi tomada durante a reunião desta terça-feira da Comissão Permanente do PSD.

Porém, a moção de rejeição que o PSD e o CDS vão apresentar está condenada ao fracasso, porque, juntos, os dois partidos somam apenas 107 deputados. Mesmo que o deputado do PAN a aprove, faltam oito deputados para a maioria absoluta (116).

Foi na votação do seu programa que o anterior Governo de Passos Coelho foi derrubado, precisamente por uma moção de rejeição, mas do PS, que reuniu 123 votos – toda a esquerda e o PAN.

O debate na Assembleia da República do Programa do XXI Governo Constitucional, chefiado por António Costa, está marcado para hoje e amanhã. As moções de rejeição são votadas após o encerramento do debate.

O novo Governo do PS, que tomou posse na quinta-feira passada, é suportado por três acordos distintos entre os socialistas e o Bloco de Esquerda, o PCP e os Verdes – que somam 122 dos 230 deputados – assinados quando o anterior Executivo ainda estava em funções.

Nesses acordos, o PS e os partidos à sua esquerda estabelecem que "derrotarão qualquer iniciativa que vise impedir a solução governativa alternativa" actual. ■

BRUNO SIMÕES/COM LUSA

107
DEPUTADOS

A moção de PSD e CDS terá o apoio dos seus 107 deputados. Não chega para derrubar o Governo.

PONTOS DE TENSÃO

Por onde pode esticar a corda entre o PS e a esquerda?

É possível antecipar os dossiês em que o PS e BE, PCP e PEV poderão discordar. Alguns deles servirão também para testar a postura da direita face ao Governo de António Costa. NUNO AGUIAR

SOBRETAXA DE IRS

Entre as medidas que constam nesta lista, esta já é uma realidade. O plano do PS era eliminar a sobretaxa em dois anos: 50% em 2016 e outros 50% em 2017. No entanto, o PCP e o Bloco de Esquerda preferem que ela desapareça de uma só vez já no próximo ano. O problema é que isso é exigente do ponto de vista orçamental. Para já, a divergência não está a ser vivida com dramatismo. O PS já admitiu estar aberto a "alternativas" à redução da sobretaxa, que incorporam contributos à esquerda.

SALÁRIOS E CES

Tal como no caso anterior, existe uma divergência de posições sobre a reposição dos salários dos funcionários públicos e a eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES). PS e as forças à sua esquerda defendem o mesmo objectivo: devolução total e extinção. Porém, o PCP já manifestou que gostaria que ambas acabassem o mais rápido possível. O modelo planeado pelos socialistas para os salários é uma devolução de 25% ao trimestre ao longo de 2016. Na CES, o PS pretende reduzir para metade as taxas em 2016 e eliminá-la em 2017.

PRIVATIZAÇÃO DA TAP



Um dos lados tem a sua posição bastante explícita: PCP e Bloco de Esquerda querem inverter o processo. Os comunistas apresentaram mesmo um projecto de lei para cancelar a venda da empresa ao consórcio Gateway. A posição do PS ainda não está esclarecida. António Costa fez crí-

cas duras à forma como o Governo de Passos Coelho conduziu a privatização, mas ainda não ficou claro se – agora que o negócio está concretizado – o PS está disponível para aceitar os eventuais custos de o anular, como, por exemplo, o pagamento de indemnizações. De referir ainda que o PS nunca foi contra a privatização, defendendo uma solução que alienasse 49% da empresa liderada por Fernando Pinto, com o Estado a continuar a ter a maioria de capital.

DERRAPAGENS E
SURPRESAS NAS CONTAS

A expressão "surpresa" significa que é de difícil antecipação. Mas a história recente tem mostrado que tendem a existir todos os anos dificuldades inesperadas na condução da política orçamental. Nessa situação, se a opção continuar a ser respeitar os limites de Bruxelas, será necessário encontrar alternativas na receita ou na despesa. E aí vai ser preciso Mário Centeno dar uso à calculadora. É que o acordo assinado pelo PS e as forças à sua esquerda implica uma rigidez nas rubricas orçamentais. Como o Negócios já escreveu, três quartos da despesa e um quarto da receita são, em teoria, "intocáveis". Além disso, ainda nem sequer é certo que Bruxelas aceite uma meta de défice orçamental de 2,8% do PIB em 2016. Se a Comissão Europeia exigir mais medidas, esta rigidez orçamental poderá ser desafiada e, por arrasto, a solidez do acordo à esquerda.

NOVO BANCO

É um dossier com elevada probabili-

dade de divergências entre os partidos deste acordo à esquerda. O Novo Banco ainda está à procura de soluções no mercado privado, mas é provável que o Estado volte a ter de colocar dinheiro na instituição, para que esta consiga cumprir os rácios de capital mínimos. À esquerda, PCP e BE foram sempre críticos da solução encontrada para resgatar o BES. Não será fácil encontrar um modelo que permita manter o banco a operar sem onerar os contribuintes.

INTERVENÇÃO
MILITAR NA SÍRIA

Esta é quase certa. Caso Portugal seja mesmo chamado a participar numa intervenção militar na Síria, muito dificilmente os partidos à esquerda do PS votarão favoravelmente. O PS, pela voz de António Costa, não recusou a possibilidade de Portugal participar. O tema não é essencial à governação, mas PSD e CDS poderão ter um papel decisivo. Ou votam contra, renegando as suas posições e afastando-se do que muito do seu eleitorado defende, ou votam a favor, "dando a mão" ao PS.

TRABALHO
E SEGURANÇA SOCIAL

Também nesta matéria há um acordo de princípio sobre o que fazer, mas o PS e a esquerda comprometeram-se a levar medidas desta área a concertação social. E aí contarão com a oposição dos patrões e uma pressão dos sindicatos para uma abordagem mais agressiva na anulação de algumas das medidas aprovadas nos últimos anos. O salário mínimo, em concreto, pode ser problemático porque conta com a oposição mais do que provável da Comissão Europeia. Na Segurança Social também pode haver pontos de discórdia. Por exemplo, o PS admite rever o factor de sustentabilidade. PCP e BE tem sido tradicionalmente contra subidas da idade da reforma. ■

PRIMEIRA LINHA **PROGRAMA DO GOVERNO**

Sete sectores avaliam o programa do Governo

Dos transportes à floresta, passando pela indústria, restauração, energia ou construção, o mapa da governação do Partido Socialista suscita reacções mais ou menos críticas dos sectores afectados. Veja o que dizem os seus representantes.

TRANSPORTES

Antrop defende gestão privada mas concorda com reversão

A reversão dos processos lançados pelo anterior Governo de subconcessão das empresas de transporte público de Lisboa e Porto agrada à Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros (Antrop).

Isto porque esta entidade que representa os operadores privados foi sempre muito crítica dos concursos lançados pelo anterior Executivo, por entender que previam cadernos de encargos inviáveis do ponto de vista económico-financeiro e punham em causa a qualidade do serviço. A associação, que chegou mesmo a avançar com providências cautelares para travar os concursos lançados pelo anterior Governo para a subconcessão da STCP e da Metro do Porto, defende contudo a gestão privada dos transportes.

"A reversão é uma boa solução, mas a solução mais adequada era voltar a lançar concursos para a concessão a privados de uma outra forma", afirmou ao Negócios Luís Cabaço Martins, presidente da Antrop. O responsável sublinhou ainda que a associação "não

215

CONCESSÃO

Valor, em milhões de euros, que o anterior Governo avançou de poupança em Lisboa.

é contra a municipalização" nos transportes, mas no sentido de que venham a ser "as autarquias a concessionar este serviço aos privados". Para Cabaço Martins, os municípios, por estarem perto das populações, "devem controlar o serviço e a qualidade que se pretende, mas a execução do serviço deve caber aos privados".

Do programa do Governo do PS que começa a ser discutido, Cabaço Martins destaca ainda a reintrodução de incentivos, através dos tarifários sociais, aos mais jovens. Outra medida que o presidente da Antrop elogia é a valorização do sector dos transportes com a sua alocação ao Ministério do Ambiente. ■ **MJB**

A MEDIDA

"O reforço das competências das autarquias locais na área dos transportes implica a anulação das concessões e privatizações em curso dos transportes colectivos de Lisboa e Porto", refere o programa do Governo do PS, dando cumprimento ao acordado com todos os partidos de esquerda. Outra das medidas que estão previstas nesta área, que passou com António Costa para a tutela do Ministério do Ambiente, é o reforço e uniformização de descontos em transportes públicos para estudantes até aos 25 anos.

INDÚSTRIA

Exportadores exigem salário mínimo de volta à concertação social

Metalurgia e metalomecânica, têxtil e calçado defendem em uníssono que o aumento do salário mínimo nacional (SMN) não deve ser decidido no Parlamento, mas à mesa da concertação social onde se sentam "os parceiros que têm sensibilidade e conhecimento do que se passa na economia real".

A frase é de João Costa, líder da associação do têxtil e vestuário (ATP), que em áreas como a confecção é de mão-de-obra intensiva e tem dificuldade em acomodar aumentos expressivos. "Não é uma questão de não querer, é de não poder. As empresas deixam de poder aceitar as encomendas e isso conduz a mais desemprego".

O efeito sobre os salários nas outras categorias é um problema adicional, com João Costa a frisar que o sector "não está em condições de suportar aumentos gerais em salários na ordem dos 5%". Esta é também uma advertência do vice-presidente dos industriais do metal (AIMMAP). "Isto não se cinge só ao SMN, tem um efeito que catapulta os outros níveis salariais. Se não for feito com muita

530

SALÁRIO MÍNIMO

O PS propõe a subida do salário mínimo de 500 para 530 euros em Janeiro de 2016.

cautela - e num mês não se pode trabalhar isto de forma ponderada - podemos ter consequências graves para muitas empresas", advertiu Rafael Campos Pereira. Por acordo, cuja negociação está em "compasso de espera", o salário mínimo no sector é de 510 euros.

Defensor do regresso à concertação social, João Maia, o director executivo da APICCAPS (calçado), antecipou ainda que "um compromisso imediato para atingir um valor de 600 euros [em 2019] sem se conhecer, a longo prazo, as perspectivas para a evolução da inflação e mesmo da produtividade, é arriscado e poderá colocar em causa a competitividade dos vários sectores exportadores". ■ **AL/RN**

A MEDIDA

O Governo do Partido Socialista assume que vai propor, em sede de concertação social, uma trajectória de aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) que permita atingir os 600 euros daqui a quatro anos, acompanhando o seguinte ritmo previsto: 530 euros em 2016, 557 euros em 2017, 580 euros em 2018 e 600 euros em 2019. Também com impactos directos nos sectores industriais, o Executivo promete "superar a situação de ruptura da contratação colectiva, mediante a promoção da negociação colectiva bem como através de incentivos à contratação colectiva".

RESTAURAÇÃO

Reposição do IVA pode salvar restauração do "afogamento"

Baixar o IVA da restauração dos 23% para os 13% é uma medida "bem-vinda" para o sector. "Não é uma redução. É uma mera reposição", reage o líder da AHRESP, José Manuel Esteves. A associação diz aguardar "serenamente" pela aprovação do programa de Governo para tecer mais considerações. "Confiámos nas propostas já apresentadas e na palavra dada", acrescenta Esteves.

Também o líder da APHORT, Rodrigo Pinto Barros, aplaude a proposta: "alguns empresários vão aproveitar para aumentar salários ou melhorar os empreendimentos. Outros para recuperar os maus resultados dos últimos anos de austeridade extrema". É um possível balão de oxigénio para um sector que se diz "afogado" pela "falta de sensibilidade" do anterior Executivo. Entre o terceiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre deste ano o sector perdeu 53 mil postos de trabalho.

Apesar das associações admitirem a vontade de uma descida ainda maior, para os níveis dos principais concorrentes como Espanha ou Itália, compreendem esta visão mais "realista" da proposta do PS. ■ **WL**

A MEDIDA

O PS defende a reposição do IVA no sector da restauração para os 13%. O imposto encontra-se actualmente nos 23%. Ao longo da última legislatura, o PS levou a proposta várias vezes à Assembleia da República. A maioria PSD-CDS nunca cedeu rumo a essa revisão da taxa.

ENERGIA

Energéticas preocupadas com barragens

A anunciada reavaliação do Plano Nacional de Barragens (PNB) pelo Governo está a deixar as empresas do sector preocupadas, com as energéticas a não verem com bons olhos a intenção de António Costa em pegar neste dossiê. "São duas linhas no programa do Governo que são explosivas para quem está a investir". É assim que o presidente da Endesa Portugal avalia a intenção de António Costa "reavaliar" o Plano Nacional de Barragens. A energética espanhola foi escolhida pelo Governo de José Sócrates para construir e operar a barragem de Girabolhos no rio Mondego.

"Há uma coisa que me preocupa. Nós estamos a investir numa barragem, que vem do anterior Governo socialista. E quando, de forma leve e ligeira, se diz 'vamos repensar isto tudo', não se tem ideia do impacto que isto tem numa empresa com compromissos e acionistas", diz ao Negócios Nuno Ribeiro da Silva. O investimento total é de 450 milhões de euros e já foram investidos 90 milhões.

A possibilidade de o Governo fazer marcha-atrás nestes projec-

tos vai acarretar o pagamento de indemnizações, alerta o presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN). "As empresas que concorreram a esses projectos pagaram 640 milhões. Se o plano for revertido, vai custar muito mais de mil milhões ao Estado", aponta António Sá da Costa, que alerta para os riscos de interferir em decisões já tomadas. "É extremamente importante que haja previsibilidade e estabilidade na energia. Não podemos andar a ziguezaguear, temos de dar confiança aos investidores. Isto permitiu investimentos de 12 mil milhões nas renováveis em 15 anos".

O mal estar no sector aumenta também com a anunciada intenção de voltar a cobrar na totalidade em

450

INVESTIMENTO

A Endesa vai investir 450 milhões de euros na barragem de Girabolhos (Mondego).

2016, a Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE), quando o Governo de Passos Coelho prometeu uma redução progressiva. "O Governo não pode dizer que quer ter energia mais barata e depois varrer para a factura energética todo o tipo de impostos", critica Ribeiro da Silva. ■

ANDRÉ CABRITA-MENDES

A MEDIDA

"Reavaliar o Plano Nacional de Barragens, no que diz respeito às barragens cujas obras não se iniciaram", pode-se ler na página 185 do programa do Governo. Além desta análise preocupar o sector, a referência às obras não iniciadas lança dúvidas, pois antes da primeira pedra já foram pagos estudos e expropriações. Já no acordo assinado entre PS e Os Verdes, são apontadas três barragens, todas concessionadas à Iberdrola.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

CCP receia eventuais "retrocessos" na legislação laboral

Ao ler o programa do Governo, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) detecta essencialmente três focos de "preocupação", resume João Vieira Lopes.

"Consideramos que em termos de legislação laboral, alguns retrocessos pretendidos em termos de bancos de horas, de caducidade dos contractos, são negativos", afirma. Isto, explica, "independentemente de a CCP considerar que é importante incrementar a contratação colectiva – e aí defendemos as portarias de excepção, ao contrário do que a União Europeia e a troika sempre manifestaram".

Para o presidente da entidade parceira social há ainda dois outros focos de interrogação com o novo Executivo: um prende-se com o aspecto fiscal – "para nós não é muito claro que a car-

ga fiscal sobre as empresas seja aliviada", desabafa. Finalmente, a CCP não está de "de acordo em que o movimento de baixa de IRC não continue. Acharmos que deve continuar", contrapõe. "Mesmo que haja ajustamentos, consideramos que o movimento de baixa do IRC, independentemente da sua utilidade para as empresas, é um indicador importante em termos internacionais para incentivar o investimento directo estrangeiro (IDE).

Num registo "positivo" da leitura do programa, Vieira Lopes defende que este "pressupõe algum crescimento de consumo interno", com o qual a CCP "está de acordo". "Aliás, sempre criticámos a troika por ter desvalorizado o consumo interno". "Parece-nos também positivo o acento tónico em tudo o que seja inovação", nota. ■ IA

A MEDIDA

Revogar a possibilidade, introduzida no Código do Trabalho de 2012, de existência de um banco de horas individual por mero «acordo» entre o empregador e o trabalhador, remetendo o banco de horas para a esfera da negociação colectiva ou para acordos de grupo, onde deve estar a regulação da organização do tempo de trabalho.

CONSTRUÇÃO

Construção teme congelamento de decisões essenciais ao país

Com a nova metodologia para programar obras públicas, que prevê a sujeição no Parlamento a uma maioria de 2/3, o novo Governo "está a arriscar um cenário de total congelamento de decisões em matérias essenciais para o País", considera o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI). Manuel Reis Campos reconhece que "o País deve definir e programar as suas prioridades estratégicas", mas também "deve ser capaz de as assumir e realizar, sem permanentes avanços e recuos".

No que diz respeito às infra-es-

truturas, a CPCI lamenta que se aponte para um investimento público unicamente com carácter "complementar e pontual". Uma "abordagem redutora tendo em conta as necessidades reais do país".

Outra das medidas que preocupam a CPCI respeita à criação do

fundo de capitalização que deve ser "financiado pelos reembolsos de fundos comunitários e as contrapartidas dos 'vistos Gold', agora reorientando-os para o objectivo de capitalizar empresas e reforçar a sua autonomia". Para Reis Campos, é necessário perceber se essa

A MEDIDA

Ao nível da "nova metodologia para programar e executar obras públicas", o programa de Governo do PS determina a sujeição, apreciação e aprovação parlamentar, por maioria qualificada de 2/3, dos programas plurianuais de investimento, com indicação expressa das respectivas fontes de financiamento.

"reorientação" significa alterações ao programa, algo que considera que "seria dramático".

O responsável aponta, por outro lado, que é positivo que o programa dê enfoque à reabilitação urbana, mas avisa que "o mercado do arrendamento é pouco valorizado". Reis Campos destaca ainda a intenção do Governo de acelerar a execução dos fundos comunitários e de assumir uma atitude proactiva nas negociações do Plano Juncker, "extremamente relevante para o sector". Já a fiscalidade que recai sobre as empresas e o imobiliário é alvo de críticas da CPCI. ■ MJB

FLORESTA

Travagem no eucalipto ameaça investimentos

A proposta do PS, que consta do acordo com os Verdes, deixou preocupado o sector da pasta e papel, que é um dos maiores exportadores nacionais e tem actualmente milhões de euros de investimentos previstos, os quais poderão ficar em causa com esta "travagem" no eucalipto. ■

A MEDIDA

Aumentar a produção (...) travando a expansão da área do eucalipto, designadamente através da revogação da Lei que liberaliza a plantação de eucaliptos.



PRIMEIRA LINHA PROGRAMA DO GOVERNO

Voltar atrás no IRC é um “retrocesso significativo”

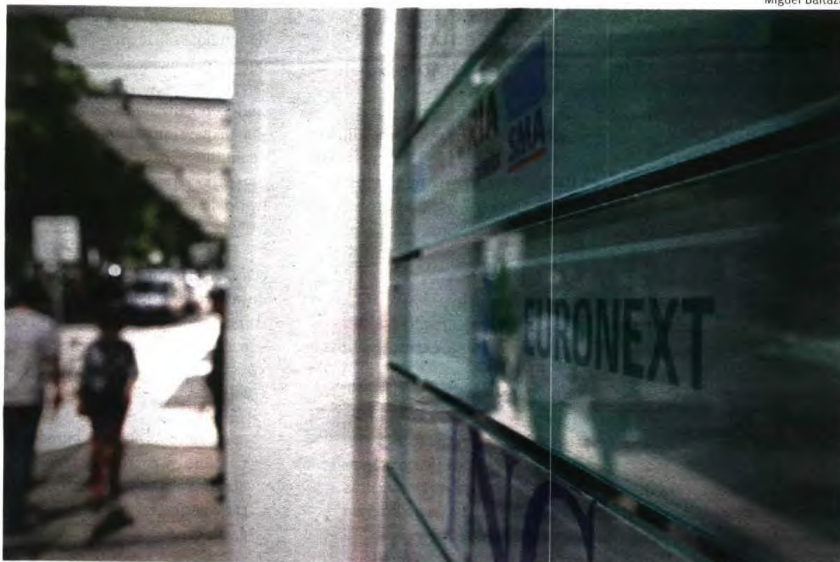
Existe um regime de eliminação de dupla tributação sobre os lucros para posições superiores a 5%, mas o Governo prevê, agora, que o mínimo regresse aos 10%. Uma “má solução”, dizem os especialistas. Vai “reduzir a atractividade de Portugal”.

PAULO MOUTINHO

paulomoutinho@negocios.pt

“**R**everter, no que toca à recente reforma do IRC, a ‘participation exemption’, regressando ao mínimo de 10% de participação social”. Esta é uma das medidas inscritas nas 262 páginas do Programa de Governo do PS, que vem duplicar o limite mínimo actual de participação no capital das empresas para obter a isenção da dupla tributação. Uma medida que já levou várias empresas a anteciparem os dividendos. Mas que pode ser mais grave para o país ao tornar o regime fiscal ainda menos competitivo.

A reversão deste regime, com a exigência de um mínimo de 10% de participação social, faz parte do entendimento com o Bloco de Esquerda que permitiu ao PS o apoio para derrubar Passos Coelho, levando An-



Miguel Baltazar

Primeiro impacto está a ser a antecipação dos dividendos, mas o segundo poderá ser o afastamento de investidores de Portugal.

tónio Costa a primeiro-ministro. Uma cedência com impactos económicos. Reverter “constitui um retro-

cesso significativo”, alerta Abel Ferreira, director executivo da Associação de Emitentes de Mercado (AEM).

“É preciso ter noção dos impactos do que se está a fazer”, diz Luís Laginha de Sousa. “Se acharmos

fundamental ter a capacidade de atrair actividade de maior valor acrescentado, então a fiscalidade é um facto relevante”, nota o presidente da Euronext Lisboa, onde seis das cotadas avançaram com o pagamento antecipado de 587 milhões de euros em dividendos até 31 de Dezembro, evitando a revisão da legislação. Este é o primeiro impacto. A outra “implicação de aumentar impostos é reduzir a atractividade de Portugal”, remata.

“Uma percentagem de 10% é superior, por exemplo, ao exigido na Holanda ou no Luxemburgo, países nos quais aquela percentagem é igual ou menor”, nota Abel Ferreira, sublinhando que, por isso, esta “é uma má solução”. É, acrescenta, “uma solução contraditória porque contraria o objectivo do Governo, com o qual concordamos, de ‘reduzir a dependência de crédito bancário, reforçando o papel do mercado de capitais no financiamento’ das empresas, já que a anunciada reversão terá um impacto negativo na atractividade do nosso mercado de capitais”.

EMPRESAS QUE ANTECIPARAM DIVIDENDOS

Corticeira Amorim

Amorim já entregou reservas

A Corticeira Amorim decidiu libertar “reservas distribuíveis” no valor total de 32,58 milhões de euros, o que representa um dividendo bruto de 24,5 centimos. Esta remuneração já foi paga aos accionistas no final do mês passado, a 30 de Novembro.

0,245
DIVIDENDO

Os 24,5 centimos foram entregues a 30 de Novembro.

Altri

Adiantamento de 51 milhões de euros

“Constatando a evolução favorável dos resultados durante a parte já decorrida do presente exercício e a existência de liquidez compatível com adiantamento sobre lucros”, a Altri pretende adiantar 51,3 milhões de euros dos lucros. São 25 centimos por acção.

0,25
REMUNERAÇÃO

Remuneração vai ser paga a 15 de Dezembro.

Jerónimo Martins

Dividendos de 2016 pagos ainda este ano

A Jerónimo Martins avançou em 5 de Novembro com uma proposta de “distribuição de reservas livres no montante de 235,6 milhões de euros”. O dividendo da dona do Pingo Doce é de 37,5 centimos por acção, mas “inclui os dividendos que seriam pagos em 2016”.

0,375
LUCROS

Reservas e lucros de 2016 pagos antes do Natal.

Sonae

Dona do Continente paga 77 milhões

A Sonae propõe a distribuição de reservas livres no montante de 77 milhões de euros pelos seus accionistas, valor a entregar ainda este ano. O conselho de administração propõe que o dividendo ilíquido a distribuir seja de 3,85 centimos por cada um dos títulos.

0,0385
RESERVAS

Sonae vai pagar 77 milhões de euros em dividendos.

Semapa

Queiroz Pereira acena com reservas

A “holding” de Pedro Queiroz Pereira propõe que sejam distribuídas reservas livres no montante de 61,2 milhões de euros. Este montante corresponde ao valor ilíquido por acção de 0,75 euros, a distribuir pelos accionistas na proporção das suas participações.

0,75
“HOLDING”

Dividendo da Semapa é de 75 centimos por acção.



“

A reversão deste regime, com a exigência de um mínimo de 10% de participação social, constitui um retrocesso significativo.

“

É justo que as empresas e os investidores se sintam enganados.

ABEL FERREIRA
Director executivo da AEM

“

Se acharmos fundamental ter a capacidade de atrair actividade de valor acrescentado, então a fiscalidade é relevante.

“

A implicação de aumentar impostos é reduzir a atractividade de Portugal.

LUÍS LAGINHA DE SOUSA
Presidente da Euronext Lisboa

Enganar investidores

A reversão causa ainda mais apreensão tendo em conta que esta reforma entrou em vigor há não muito tempo. “A anunciada reversão do regime de ‘participation exemption’, porém, infelizmente, virá confirmar a percepção interna e externa de grande instabilidade e imprevisibilidade da tributação portuguesa”, nota o director executivo da AEM. “Estas mudanças constantes são incompreensíveis”, dispara.

“Se não tomarmos medidas correctas em termos de fiscalidade, da sua incidência, do nível e da previsibilidade, de modo a incentivar competências, não resolvemos os nossos problemas”, defende Luís Láginha de Sousa, alertando para a necessidade de atracção de investimento externo. É que, diz Abel Ferreira, “além de sacrificar um importante instrumento de competitividade internacional, [ao reverter a lei] vai reforçar a má imagem externa do (e a falta de confiança no) nosso sistema fiscal”. “É justo que as empresas e os investidores se sintam enganados”, conclui. ■

Portucel

Papeleira adianta lucros de 2015

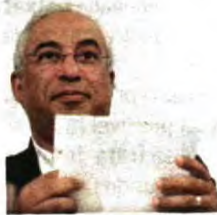
A Portucel quer entregar 130 milhões de euros com dois dividendos. Vai “efectuar um adiantamento sobre os lucros aos accionistas” de 29,9 milhões, correspondente a 4,18 cêntimos por acção mais 13,95 cêntimos de resultados transitados. Ao todo são 18,13 cêntimos.

0,1813

DUPLICADO

Portucel dá dois dividendos num total de 18,13 cêntimos.

Protagonistas de sete sectores avaliam o programa do Governo



Programa que quer “virar a página” chega hoje ao Parlamento | Por onde pôde esticar a corda entre o PS e a esquerda | Especialistas dizem que mudanças no IRC são um “retrocesso”